

PARADOXO E RUPTURA NO FILME “O BARBA AZUL”

Paradox and rupture in the film “Monsieur Verdoux”

Dionéia Motta Monte Serrat

IEL-UNICAMP

Resumo: Discorremos sobre conceitos de *paradoxo* e *ruptura* articulando a história do *serial killer* Verdoux - no filme “O Barba Azul”, de Charles Chaplin -, com a obra de Lacan e com a teoria discursiva de Michel Pêcheux. O contexto do filme é o do século XX, em que a psicologia, como ciência social, permite que as pessoas sejam melhor administradas sob a ótica descentrada e abstrata da “normalidade”, o que trouxe a “descontextualização” do indivíduo e o controle da interpretação dos sentidos, ocultando outros sentidos possíveis. A psicanálise lacaniana e a teoria discursiva de Pêcheux envolvem língua e história como produtoras de sentidos e abarcam a constituição do sujeito do inconsciente, articulada ao plano social. Essa articulação teórica destina-se a mostrar que o sujeito se constitui sob “evidências subjetivas” produzidas sob a eficácia material do imaginário, aprisionando esse mesmo sujeito. Lacan e Pêcheux trabalham com a “ordem do Significante” que aponta para a perpetuação do inconsciente o qual torna as fronteiras desse aprisionamento provisórias - a “transgressão não se sustenta”-, rompendo-as e fazendo emergir a “verdadeira verdade”. Lacan faz a abordagem do real no registro do simbólico ao tratar da disjunção inclusiva (paradoxo) entre saber e gozo e chega, assim, à noção de falasser, que se encontra no real, para fora da linguagem. A violência de Verdoux é tratada neste trabalho como uma emergência de verdade que concerne ao gozo e manifesta aquilo que não está funcionando bem, evidenciando que o gozo não caminha no ritmo dos significantes mestres organizadores da civilização. O *a priori* de um “mundo semanticamente normal” criou, para Verdoux, uma identidade de estofado quebradiço a qual “expulsou” o sujeito na produção da violência, na passagem ao ato, no curto-circuito da palavra, fazendo retornar, no real, o gozo que escapa ao sentido.

Palavras-chave: Paradoxo; Ruptura; *O Barba Azul*; Charles Chaplin; Lacan.

Abstract: We address the concepts of paradox and rupture by associating the story of serial killer Verdoux -in the film "Monsieur Verdoux", by Charles Chaplin, with Lacan's work and the discourse theory by Michel Pêcheux. The film is set in the 20th century, when psychology, as a social science, allows for individuals to be better administrated under the decentered and abstract view of "normality", which has given rise to the "decontextualization" of individuals and the control of the interpretation of meanings, thus concealing other possible meanings. Lacanian psychoanalysis and the discourse theory by Pêcheux involve language and history as meaning producers and address the constitution of the subject of the unconscious in association with the social sphere. Such theoretical articulation intends to show that the subject is constituted under "subjective evidence" produced under the material efficacy of the imaginary, thus imprisoning that subject. Lacan and Pêcheux work with the "Symbolic order" (subject is an effect of the signifier), which points to the perpetuation of the unconscious that makes the limits of such imprisonment provisional - "transgression is not sustained"-, thus breaking them and making the "true truth" emerge. Lacan approaches the real in the record of the symbolic when addressing the inclusive disjunction (paradox) between knowing and jouissance, and thus reaches the notion of the speaking being (parlêtre), who is found in the real, but out of language. In this study, Verdoux's violence is treated as an emergence of truth that concerns jouissance and manifests that which is not functioning well, emphasizing that jouissance does not move at the same pace as that of master signifiers that have organized civilization. The a priori of a "semantically normal world" created, to Verdoux, an identity of brittle upholstery which "expelled" the subject in the production of violence, in the passage to action, in the short-circuit of the word, thus making jouissance that escapes meaning return to the real.

Keywords: Paradox; Rupture; *Monsieur Verdoux*; Charles Chaplin; Lacan.

Introdução

Escolhemos o filme “O Barba Azul” protagonizado e dirigido por Charles Chaplin para articular os fenômenos do paradoxo e da ruptura comentados por Lacan em sua Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia ([1950]1998, p. 147) e em Kant com Sade ([1962] 1998, p. 791).

O pano de fundo de nossa discussão é o papel, assumido por Chaplin, de um *serial killer*, história do Sr. Verdoux, inspirada no caso verídico de Henri Desiré Landru (1914-1918), apelidado pela imprensa de “Barba Azul”.

Antes de abordar o contexto sócio-histórico em que foi lançado o filme, é importante anotar que este último trata da história de um bancário francês, que, nos anos de 1920, perde seu emprego depois de trinta e cinco anos de trabalho. Tem uma esposa paralítica e um filho pequeno dos quais se afasta e passa a viajar, de cidade em cidade, em busca de mulheres de meia idade, sozinhas, que tivessem alguma propriedade imóvel ou outros bens. Aproxima-se delas, convence-as a venderem os seus bens ou a tirarem dinheiro do banco, afirmando que haveria uma crise financeira iminente. Em seguida, elimina a mulher e se apossa do dinheiro, que investe num mercado de ações em crise. A família de uma dessas mulheres, por não obter notícias desta última, chama a polícia, a qual passa a suspeitar que Verdoux seria um assassino em série. Ao final, Verdoux é preso e condenado à morte, ocasião em que ele tenta justificar que a guerra foi mais cruel do que ele, justamente numa época em que todos estavam perplexos com os feitos de Hitler, apreensivos em relação a Stalin e ao que os Estados Unidos poderiam fazer no intuito de proteger a Europa, tendo em mente o que havia acontecido em Hiroshima (Ferrari, 2006).

O contexto do século XX

O filme “O Barba Azul” foi lançado em 1947. É no século XX que a psicologia surge como ciência social, quando “encontrou seu espaço como técnica de regulamentação” (ROSE, 2008, p. 155), com o objetivo institucional de administrar, moldar e reformar pessoas, enfim, construir e regular as ações humanas. Ressalte-se que

é um importante contexto em nossa análise, pois faz enxergar o homem sob uma ótica descentrada e abstrata.

Essa concepção da psicologia interferiu nos conceitos de normalidade e anormalidade, no cuidado com crianças, na educação, no marketing e em outras áreas do conhecimento, regulando o comportamento humano por intermédio das ideias de “self”, de identidade, de autonomia, de liberdade, de realização profissional: “seres humanos vieram a se entender como se fossem habitados por um profundo e interno espaço psicológico, que estaria avaliando-os e agindo sobre eles nos termos dessa crença” (ROSE, 2008, p. 155).

Outra influência do surgimento da psicologia como ciência social se deu na aparição de “grupos”. A “psicologização” atingiu a individualidade na medida em que o indivíduo utiliza linguagem psicológica para falar de si (personalidade, neurose, ansiedade, depressão, trauma etc.). Já na vida coletiva, a “psicologização” contribuiu com a invenção de “grupos”, grandes ou pequenos, de “atitudes”, de “opinião pública”, enfim, temas que “facilitam” a compreensão das relações interpessoais em termos de dinâmicas psicológicas. “Problemas sociais, do preconceito e luta de grupos até à criminalidade e pobreza, são abalizados em termos psicológicos” (ROSE, 2008, p. 156). O processo de psicologização constituiu-se num discurso que instala o homem em lugares discursivos generalizantes e é desse modo que penetrou várias áreas do conhecimento, várias profissões, fazendo com que se pense e se aja como psicólogo. A psicologia começou a se formar no século XIX em lugares onde “problemas de conduta coletiva e individual humanas eram de responsabilidade das autoridades que procuravam controlá-las - nas fábricas, na prisão, no exército, na sala de aula, no tribunal...” (ROSE, 2008, p. 156).

A psicologia, inicialmente, tomou forma não como uma disciplina ou uma área profissional, mas como uma cadeia de pretensões de conhecimento sobre pessoas, individual e coletivamente, que permitiria que elas fossem melhor administradas... Os vetores do desenvolvimento da psicologia não foram do normal para o anormal, mas fizeram o caminho inverso: um conhecimento da normalidade, e das normas da normalidade, derivado de um interesse na anormalidade. Por exemplo, a ideia de inteligência [...] surgiu de esforços para identificar os indivíduos de reduzida capacidade mental e encaminhá-los para instituições apropriadas, escolas ou colônias especiais (ROSE, 2008, p. 156).

O aspecto de ciência positiva da psicologia deu-lhe um caráter de “verdade”, levou à “criação de mentes calculáveis e de indivíduos administráveis” em que os indivíduos “deveriam ser administrados ou distribuídos em regimes particulares, tarefas ou tratamentos, de acordo com suas habilidades – na escola, no trabalho, no exército, no sistema de justiça (ROSE, 2008, p. 156). Esse processo deu à psicologia e aos “grupos” a condição de “descontextualizados” de seu contexto sócio-histórico; deu a ela uma condição que permite um controle da inclusão do outro que exclui o diferente; deu-lhe um controle da interpretação dos sentidos em que ficam ocultados outros sentidos possíveis.

Na área da psicologia, as normas não derivam de conhecimento do funcionamento da mente, elas derivam

das normas requeridas pelas instituições – do sistema escolar, da indústria [...] A forma psicológica da norma emparelha esses requerimentos com as normas de variação estatística e as leis de grandes grupos, alinhando também regras de desejo sócio-político e institucional com a demanda da teoria estatística (ROSE, 2008, p. 157).

No final do século XIX surge um exame que não é pedagógico, nem clínico: é o teste, que relaciona uma pontuação a um indivíduo, materializando a mente, focando o espaço interior do indivíduo: “o teste psicológico é uma maneira de transformar o invisível em visível, calculável e administrável” incorporando a “autoridade da objetividade”.

O teste funciona como um mecanismo de inscrição para capturar [...] comportamentos efêmeros, qualidades passageiras e capacidades variáveis dos seres humanos, levando-os serem pensados como “objetos dóceis”. Os resultados dos testes [...] possibilitam a estabilização, o acúmulo de informação sobre o objeto do teste [...] Decisões podem ser tomadas a partir deste centro e de instruções vindas dele, possibilitando que os sujeitos sejam administrados nesse sentido – distribuídos em torno da variedade de papéis disponíveis, classes, tarefas no exército ou na indústria, ou encaminhados para a escola ou hospital corretos dentro de um arquipélago de instituições (ROSE, 2008, p. 158).

A psicologia como ciência social pretendeu administrar indivíduos em relação a suas diferenças e “deu nova legitimidade à autoridade: a autoridade deixou de ser arbitrária” (ROSE, 2008, p. 158); e os indivíduos são testados em nome da eficiência da organização. Segundo ensina Rose (2008, p. 158), a psicologia encontra seu lugar onde há sistemas não arbitrários de administração do indivíduo, sistemas que partem de um julgamento que busque objetividade, “neutralidade” e efetividade. Com essas práticas

de individualização pretendeu-se alcançar condições para disciplinar o indivíduo, tentar tirá-lo das condições em que se encontra, tirar-lhe a oportunidade de contar com um “excedente de visão” (QUINET, 2002).

A psicologia debruçou-se no conhecimento de como funcionam as relações interpessoais, da avaliação de seus problemas, a fim de fornecer propostas de acordo com um conhecimento racional científico. É nessa linha que surgiram conceitos como “mudança de atitude”, “moral”, “comunicação”, “tomada de decisões” e “conflitos de valores” (ALLPORT, 1954, p. 2). Um dos conceitos chave dessa época é o de “atitude”, em que se responde à “desorganização” gerada por mudanças sociais. As atitudes são caracterizadas como “técnicas de controle racionais, baseadas em um conhecimento que daria base àquilo que chamam de tecnologia social” (ROSE, 2008, p. 159). É desse modo que se conhecem “quais influências sociais devem ser aplicadas a certas atitudes já existentes, com o objetivo de criar novas atitudes [...] com o objetivo de fazer o indivíduo ou o grupo produzir novos valores sociais” (THOMAS & ZNANIECKI, 1918, p. 66-67).

A produção de novas atitudes e a criação de novos valores interferem na maneira de enxergar os problemas sociais; as atitudes ajudam a contornar as ameaças à democracia (apelos à racionalidade, à objetividade, ao profissionalismo, à neutralidade; espaços subjetivos seriam mapeados pelas atitudes). No entanto, uma realidade emerge no contexto sócio-histórico e não pode ser ignorada: não há efetiva mudança na realidade social, e isso reforça a existência de um paradoxo.

O sujeito e o paradoxo

É na linguagem que o sujeito se constitui; ele não nasce pronto (ELIA, 2004). Para a AD e para a psicanálise lacaniana, “a linguagem não se reduz ao sujeito, mas define sua posição em relação aos demais falantes”, envolve a língua e a história como produtoras de sentidos e abarca a constituição do sujeito do inconsciente, articulada que é ao plano social (ELIA, 2004, p. 36).

A constituição do sujeito e a constituição dos processos de significação do discurso são compreendidos segundo a teoria materialista dos processos discursivos (PÊCHEUX, 1988), em que a ideologia dominante é condição das relações de produção, da desigualdade-subordinação na vida social. As relações desiguais não são evidentes

porque a ideologia e o inconsciente dissimulam, segundo Pêcheux (1988, p. 152), a própria existência no interior de seu funcionamento, ao mesmo tempo em que produzem um “tecido de evidências subjetivas” em que se constitui o sujeito.

Quando se propõe a estudar o discurso como efeitos de sentido num contexto sócio-histórico, Pêcheux (1988, p. 119-125) não ignora que existe uma “eficácia material do imaginário” nas supostas evidências da semântica que levam o sujeito a “se reconhecer” como homem (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 44-48). O dilema lógico que impera nos discursos sob a forma da disjunção exclusiva “ou...ou”, faz parecer que há duas opções: o sentido literal, “sentido dominante que se institucionaliza como produto da história” (ORLANDI, 1987, p. 144) e outros sentidos supostamente marginais. O funcionamento disjuntivo aprisiona o sujeito ao sentido dominante, sustenta a tragicidade do sujeito aprisionando-o ao sentido literal e produzindo um apagamento dos outros sentidos possíveis. Pêcheux (1988, p. 127) chama de “mito continuísta empírico-subjetivista” a esse processo de “apagamento progressivo da situação por uma via que leva diretamente ao sujeito universal, situado em toda parte e em lugar nenhum, e que pensa por meio de conceitos”.

O sujeito contemporâneo está assujeitado à língua, considerada como um “campo de forças” em que são constituídos os processos ideológicos (PÊCHEUX, [1982]2011, p. 119), que excluem aquilo que é particular, individual, para, em seu lugar, estabelecer o universal indeterminado (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 50). O sujeito se inscreve nos “‘jogos de linguagem’ [...] dos sentidos e dos paradoxos da enunciação” (op. cit.) quando ocupa o espaço administrativo, jurídico, econômico, político. Ele não percebe que está sob o “gesto fundador do ideológico”, que o subordina incondicionalmente (HAUG, 1980, *apud* ZIZEK, 1996, p. 19). Colocado sob a imposição do funcionamento discursivo “lógico-disjuntivo” (ou...ou), o sujeito não se dá conta de que é imposto um *a priori* em seu gesto de interpretar (PÊCHEUX, 2002, p. 29-32) e se constitui em espaços discursivos “logicamente estabilizados”, ao quais trazem a impressão de um mundo “semanticamente normal” (idem). Nesse discurso lógico em que se constitui o sujeito está inserido um mecanismo que apaga a subjetividade do sujeito.

Pêcheux nos faz duvidar do sentido supostamente único e transparente do discurso lógico. Ele nos leva a refletir sobre a existência de “processos ideologicamente heterogêneos, contraditórios, assimétricos e deslocadores”, que fazem emergir

diferentes acontecimentos, novos sentidos, cujas fronteiras são provisórias e “sem demarcações *a priori*”; que pressupõem a “Ordem do Significante, o registro do simbólico, que aponta para a perpetuação do inconsciente” (PÊCHEUX, [1982]2011, p. 118). Essas fronteiras provisórias também são objeto de estudo de Lacan (1950,1962), quando trata da ruptura, o que veremos a seguir.

Paradoxo e ruptura em Lacan: Kant com Sade

Lacan ([1971-72]2012) em sua palestra sobre “A parceira desvanecida” explica que, na lógica das proposições existem relações de negação, conjunção, disjunção e implicação. Acrescenta (op. cit, p. 99) que, na argumentação (trata-se, portanto de raciocínio lógico ou silogismo), “a verdadeira verdade seria justamente aquilo que não se escreve”, não se tratando de fazer “uma negação do outro, mas, ao contrário, de fazer um obstáculo ao outro”. É essa “verdadeira verdade” que emerge quando a “transgressão não se sustenta”, nas palavras de Lacan:

Vocês podem imaginar que a transgressão não se sustenta quando se trata do verdadeiro impossível, do impossível que se demonstra, do impossível tal como ele se articula. Nisso leva tempo, é claro. Primeiro, houve os primeiros rabiscos que permitiram o nascimento de uma lógica, com a ajuda do questionamento da língua. Depois, percebeu-se que esses rabiscos iam ao encontro de algo que existia, porém não da maneira como se acreditava até então, não à maneira do ser, isto é, do que cada um de vocês acredita ser. Cada um acredita que é a pretexto de vocês serem indivíduos. Percebeu-se que havia **coisas que existiam no sentido de constituírem o limite do que pode ser sustentado** pelo avanço da articulação de um discurso. Isso é o **real**. Sua abordagem é feita pela via do que chamo de **simbólico**, o que significa as modalidades do que se enuncia pelo campo – um campo existente – da linguagem. **Esse impossível**, na medida em que se demonstra, **não é transgredido** (LACAN [1071-72], 2012, p. 116, grifos nossos).

A psicanálise lacaniana trabalha com a hipótese do inconsciente e com o paradigma indiciário. Ginzburg (1989, p. 135), ao tratar desse paradigma, dá ênfase ao elemento individual: propõe um paradigma diferente, o paradigma do índice, apoiado sobre o “conhecimento científico [...] do individual”. A utilização desse paradigma rompe com o paradigma galileano das ciências, colocando em evidência o indivíduo, o particular, a fim de dissolver as névoas da ideologia (GINZBURG, 1989), que obscurecem os poderes de uma estrutura social.

Lacan ([1957] 1998; [1964] 1998) postula o inconsciente estruturado como uma linguagem e, assim, situa o estudo da Psicanálise dentro da Linguística, em busca da interpretação dos significantes. Conforme lição de Lacan ([1954-1955]1987, p. 325), “o homem vive num mundo de linguagem, no qual ocorre esse fenômeno que se chama fala. Consideramos que a análise se dá nesse meio aí”.

Embora Lacan tivesse sofrido influência do estruturalismo em sua teoria psicanalítica, não se deteve em uma análise linguística; distanciou-se disso na busca pela história, pela memória e pelo resgate de um sujeito único. O fato de Lacan afirmar que o inconsciente é estruturado como uma linguagem não significa que ele está tratando de linguística. Lacan rompe com “a noção de significante da linguística estrutural, haja vista que nesse campo o significante exclui o real” (CAMARGO, 2007, p. 6). A introdução do real no significante para a psicanálise lacaniana se dá em termos topológicos, com apoio em Santo Agostinho: “[...] o significante é primeiro aquilo que tem efeito de significado, e importa não elidir que, entre dois, há algo de barrado a atravessar” (LACAN [1972-73] 1985, p. 29).

Segundo Camargo (2007, p. 6), esse atravessamento do real para fora da linguagem leva Lacan a introduzir o significante no campo do simbólico, onde o real é o serial (LACAN, [1955] 1998)

Trata-se de um atravessamento, uma extração do real que só se obtém depois de um longo tempo de extração para fora da linguagem. Em seguida, introduz uma noção de substância em psicanálise oriunda da noção de significante como aquilo que inaugura a dimensão do simbólico. A frase “gozar de um corpo” articula-se ao corpo que o Outro simboliza, e que põe em função outra forma de substância, a substância gozante. Como sublinha Sade, só se pode gozar de uma parte do corpo do Outro, pelo fato de que nunca se viu um corpo enrolar-se completamente, incluí-lo e fagocitá-lo em torno do corpo do Outro (CAMARGO, 2007, p. 6).

Língua e psicanálise se entrecruzam. Em Milner (1987) encontramos um resumo do papel da Linguística na psicanálise lacaniana:

O fato que haja língua tem a ver com o fato que haja inconsciente, de onde se segue que os mecanismos de uma repetem aqueles do segundo [...] e reciprocamente. Donde se segue mais precisamente que um ponto pode ser definido onde a língua – ao mesmo tempo o fato de que exista, e o fato de que ela tenha tal forma – e o desejo inconsciente se articulam. Este ponto, ao contrário de Freud, Lacan o nomeou: é alíngua – ou, o que é o mesmo conceito: o ser falante, o falasser (MILNER, 1987, p. 42).

Camargo (op. cit.) defende a hipótese de que, no Seminário 20, Lacan articula as noções de “sujeito do desejo” (do lado do saber) e “sujeito do gozo” (do lado do real) e cria uma

disjunção inclusiva entre os esses dois termos, saber e gozo. Portanto, o falasser será a noção que condensará o sujeito do significante com a substância gozante. O falasser é o termo que inclui, na noção de sujeito, o corpo, suporte do ser, suporte por um saber que se encontra no real e que está ao lado do S1, para fora da linguagem (CAMARGO, 2007, p. 7, grifo nosso).

Ao fazer uma introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia, Lacan ([1950]1998, p. 147) fala da separação do indivíduo em grupos: o grupo vital, o grupo funcional, que contornam as “satisfações escopofílicas, homogeneizadas na massa social”, tornando o homem mensurável e previsível. Cita, para tanto, o Sr. Verdoux, em seu aspecto de cidadão consciente.

Ferrari (2006, p. 51) afirma que a subjetividade, para Lacan, traz as marcas do discurso capitalista, que a causa de desejo está na mais-valia e que “o que há é um regime de falta de gozar”. A autora (op. cit. p. 51) afirma ainda que Lacan (1970/2003) une o conceito de capitalismo ao da “cultura de falta de gozar” para dizer que a mais-valia “é a causa de desejo de toda economia, ou seja, do proletário e do capitalista” e que, se a causa de desejo é a mais-valia, “é porque estão na avidéz da falta de gozar” e “nesse regime, todos são proletários, despossuídos, nada têm para estabelecer laço social, vivem em insatisfação permanente, expressa na fórmula do nunca é bastante e na busca constante de um *plus*”. A violência de Verdoux deve ser compreendida considerando o laço social em que se constitui e o contexto sócio-histórico em que vive.

Pensar a violência como sintoma no sentido psicanalítico é pensá-la como “uma emergência de verdade que concerne ao gozo” (a “verdadeira verdade”, de que fala Lacan); “é o que condensa verdade e gozo” emergindo, “manifestando aquilo que não funciona bem” (FERRARI, 2006, p. 53) numa ordem estabelecida, num “sistema de distribuição de gozo a partir de semblantes, [num] modo de gozo, [numa] distribuição sistematizada dos meios e maneiras de gozar”. Isso mostra, segundo Ferrari (op. cit., p. 53), “que o gozo não caminha no ritmo dos significantes mestres, dos semblantes ordenadores da civilização”.

Em sua exposição a respeito de Kant com Sade, Lacan ([1962]1998, p. 791) retorna ao “Barba Azul” para demonstrar que aquela postura de cidadão se rompe. Algo da lei

impede que os desejos de Verdoux se situem. A caridade de Verdoux, sua vida com conforto, tudo se escande num paradoxo:

a abnegação do Sr. Verdoux provinha de um erro que justifica a severidade, já que um grãozinho de Crítica, que não custa caro, tê-lo-ia evitado. Ninguém duvida que a prática da Razão teria sido mais econômica assim como mais legal, mesmo que seus familiares tivessem tido que passar um pouco de fome e ele é condenado à cadeira elétrica [...]
[...] Essa é a questão. Um certo sr. Verdoux a resolvia todos os dias, pondo mulheres no forno até ele mesmo ser condenado à cadeira elétrica (LACAN [1961]1998, p. 791).

Identidade como estofado quebradiço

A dedicação extrema de Verdoux, como bancário por trinta e cinco anos, não conseguiu reformá-lo, administrá-lo, moldá-lo, tornando sua mente calculável e administrável, classificando-o segundo regimes particulares, tarefas ou tratamentos, de acordo com suas habilidades (ROSE, 2008, p. 155-156). Os espaços discursivos “logicamente estabilizados” que lhe foram impostos como cidadão, num a priori para que ele se constituísse como sujeito em um mundo “semanticamente normal” (PÊCHEUX, 2002, p. 29-32), não foram suficientes na “administração” de “um certo Sr. Verdoux” que incorrera em erro ao deixar de praticar a razão. Palavra e ato se divorciam; palavras velam intenções, mas a realidade acaba sendo revelada. Algo de outra ordem emerge como paradoxo, foi posto fora e volta como ruído, como afirmação de algo até então supostamente ausente no sujeito-cidadão Verdoux. O sujeito é “expulso” para que se possa declará-lo existente. Ferrari, ao comentar Lacan ([1957-58]1999) afirma que

“o que se pode produzir em uma relação inter-humana é a violência ou a palavra” (1957-58/1999: 468). Lacan demarca uma violência que supõe ato de agredir diante do impossível de dizer, supõe possibilidades de passagem ao ato, curto-circuito da palavra, retornando, no real, o gozo que escapa ao sentido (FERRARI, 2006, p. 58).

Sob a hipótese do inconsciente lacaniano há ruptura no momento em que as expectativas são violadas. As expectativas na identidade do cidadão Verdoux não são confiáveis. Podemos nos apoiar em Bauman ao compreender essa questão como uma

obra de arte que queremos moldar a partir do estofado quebradiço da vida [que se chama] ‘identidade’. Quando falamos de identidade há, no fundo de nossas mentes, uma tênue imagem de harmonia, lógica,

consistência: todas as coisas que parecem – para nosso desespero eterno – faltar tanto e tão abominavelmente ao fluxo de nossa experiência (BAUMAN, 2005, p. 39).

Bauman acrescenta que:

O problema da identidade resulta principalmente da dificuldade de se manter fiel a qualquer identidade por muito tempo, da virtual impossibilidade de achar uma forma de expressão da identidade que tenha boa probabilidade de reconhecimento vitalício e a resultante necessidade de não adotar nenhuma identidade com excessiva firmeza, a fim de poder abandoná-la de uma hora para outra (BAUMAN, 1998, p. 155).

Há uma “injunção identitária” (ROCHA, 2011, p. 1630) com caráter paradoxal: de impor uma “liberdade de inventar a si mesmo” e que “é assim convertida em dever”.

E por que motivo o cidadão Verdoux, ao ser preso e condenado à morte, tenta justificar que a guerra foi mais cruel do que ele? Nesse aspecto lembramos Lacan ([1971-72] 2012, p. 127), ao se referir ao “ser falante que não está solidamente instalado num discurso”, que “entre dois discursos [...] oscila” e acrescenta: “Para ficar solidamente instalado como sujeito, é preciso a pessoa se ater a um, ou então saber o que faz. Mas não é por se ficar à margem que não se sabe o que está dizendo”.

Verdoux, na ação violenta de matar mulheres solitárias para roubar-lhes o dinheiro, nada tinha a ver com a “essência” do cidadão Verdoux e, em suas relações extraconjugais, não resiste ao engodo da repetição e do excesso. A repetição da violência remete a algo não específico, para além da relação com uma vítima. Em sua busca constante e desmesurada por um *plus*, ele vai além da sistematização na busca de um valor. A mais valia não lhe é intrínseca, ela vem da troca de uma mulher para outra e, quando e ele parece corromper o sistema de trocas pelo exagero, provoca mal-estar. Não há sistematização nos meios e maneiras de gozar, o que evidencia que o gozo de Verdoux não acompanha o “ritmo dos significantes mestres, dos semblantes ordenadores da civilização” (FERRARI, 2006, p. 53).

De acordo com a psicanálise lacaniana, “só se recalca o que acedeu à estrutura da palavra, a uma articulação significante” (FERRARI, op. cit.). Questiona-se: em que medida é possível recalcar a violência fora do alcance da palavra?

Referências

- ALLPORT, G. **The nature of prejudice**. California: Addison-Wesley Publishing Company, 1954.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CAMARGO, L. F. “Sujeito do desejo, sujeito do gozo e falasser”. In: **Opção Lacaniana Online**, 2007. Acesso em: 06 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.opcaolacanianana.com.br/antigos/pdf/artigos/lfesujei.pdf>>.
- ELIA, L. **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FERRARI, I. “Agressividade e violência”. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 2, p. 49-62, 2006. Acesso em: 01 mai. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v18n2/a05v18n2.pdf>
- GINZBURG, C. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HAUG, W. **A crítica da estética da mercadoria**. São Paulo: Ed. UNESP, 1980.
- LACAN, J. [1950] “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia”. In: **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, J. [1954-1955] **O seminário - livro 2 - o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- LACAN, J. [1955] “O seminário sobre A carta roubada”. In: **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 13-66, 1998.
- LACAN, J. [1957] “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”. In: **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, J. [1957-58] “Los circuitos del deseo”. In: **El seminario libro 5: Las formaciones del inconsciente**. Buenos Aires: Paidós, p. 465-481, 1999.
- LACAN, J. [1962] “Kant com Sade”. In: **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 791, 1998.
- LACAN, J. [1964] “O inconsciente freudiano e o nosso”. In: **O seminário - livro 11 - Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, J. [1970] Radiofonia. In: **Outros escritos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

- LACAN, J. [1971-1972] **O seminário, livro 19: ... ou pior.** Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2012.
- LACAN, J. [1972-1973] **O seminário, livro 20: mais ainda.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- MILNER, J-C. **O amor da língua.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento.** Campinas: Pontes, 1987.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas: Ed. Unicamp, 1988.
- PÊCHEUX, M. **O Discurso: estrutura ou acontecimento?** Campinas, SP: Pontes, 3ª Ed., 2002.
- QUINET, A. **Um olhar a mais.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002.
- ROCHA, S. Seja você mesmo: mídia, consumo e subjetividade. In: **Revista Mal Estar e Subjetividade**, 2011.
- ROSE, N. Psicologia como uma ciência social. In: **Psicologia e Sociedade** 20 (2), p. 155-164, 2008.
- THOMAS, W.; ZNANIECKI, F. **The Polish peasant in Europe and America.** Monograph of an imigrant group, USA, Boston: The Gorham Press, 1918.
- ZIZEK, S. O espectro da ideologia. In: ADORNO, W. **Um mapa da ideologia.** Slavoj Zizek (org.), Rio de Janeiro: Contraponto, p. 7-38, 1999.
- ZOPPI-FONTANA, M. **Objetos Paradoxais e Ideologia.** Estudos da Linguagem, nº 1, Vitória da Conquista, Junho, p. 41-59, 2005.

Recebido em 03/05/2016

Aceito em 31/05/2016.